

ATA Nº 240/2020

1 Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte, às treze horas e trinta minutos, através de
2 vídeoconferência, no município de Capivari de Baixo-SC, reuniu-se extraordinariamente o
3 Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a condução do
4 presidente, o conselheiro: André Pinto Dalcarobo (APP). Estando presentes: o vice-presidente
5 Vitor Cesar Paris (Secretaria de Obras), a secretária: Luciane Ferreira Medeiros (SAS) os
6 conselheiros de direito: Dafna Correa Rodrigues, José Eduardo Bittencourt (CEACA), Hamilton
7 Gomes de Sousa (APAE), Eliezer Marques Costa (Grupo Escoteiro Carjós). André sauda a
8 todos, e diz que as que estão foram as que confirmaram, as demais não se manifestaram e
9 questiona se todos então escutando. Conselheiros confirmam. André diz que fica combinado de
10 se acabar o tempo dessa reunião será encaminhado novo link pelo whatsapp. André diz que os
11 estiveram um tempo afastados, que a última reunião que tiveram foi em fevereiro e depois
12 tiveram essa situação não prevista da pandemia. Eliezer informa que está dando eco. Dafna
13 sugere fechar os microfones e só abrir quando for falar. André fecha e diz que tiveram esse
14 período sem reuniões, e diz que foi feita solicitação à administração desde março para que o
15 CMDCA ficasse operando, não tivesse interrupção, porém a administração acabou por dar
16 quinze dias de férias à Sabrina, e antes desses quinze dias, antes de ela retornar já tínhamos
17 diversas pendências. Sabrina informa que foram trinta dias de férias. A informação que teve
18 quando procurou a assitência e quando buscou a coordenação é que teriam dado quinze dias pra
19 ela, e inclusive nesse dia solicitou que fossem canceladas as férias dela, ou que também não
20 fosse prorrogada por mais quinze dias, agora a Sabrina informou que ela teria já ganho férias de
21 trinta dias direto. André diz que está justificando isso porque então foram trinta dias que o
22 conselho não pôde despachar, pois segundo o regimento interno os depachos devem ocorrer por
23 conta da Secretária Executiva, então na quinta-feira a Sabrina retornou ao trabalho o qual a
24 gestão deu férias pra ela, porém André informa que a diretoria se reuniu um dia antes: Vitor e
25 Luciane e decidiram convocar essa reunião para decidir sobre a manutenção do conselho, devido
26 que na última reunião foi abordado um tema: que era reunir as entidades civis através do fórum,
27 onde foi feita a convocação do fórum, pra que após fosse estabelecido o número de entidades a
28 formar uma nova composição no CMDCA e em consequência disso também haveria a mudança
29 de direção do CMDCA. André diz que então foi questionado se teríamos que fazer isso agora: a
30 convocação desse fórum, a troca das entidades ou isso poderia esperar e qual seria a validade das
31 decisões diante da regra exposta, tanto no regimento interno quanto na lei municipal, que deve
32 ser renovado a cada dois anos. E diz que em resumo o que tem que decidir é: o CMDCA tem que
33 de dois em dois anos renovar as entidades, essa renovação deveria ter ocorrido em novembro de
34 2019, pois o último foi em novembro de 2017, esse fórum não ocorreu, e explica que foram
35 postergando por no ano passado terem várias situações, como atualização da lei, que fizeram
36 com que atrasassem toda uma agenda, e quando foi decidido em fevereiro fazer o fórum da
37 sociedade civil, para ocorrer em março, acabou que o COVID entrou em cenário e a sua
38 realização não foi possível. André diz que hoje pela manhã conversou com Sinara e Marta,
39 procuradoras do município, com base no questionamento que a Sabrina fez, tentando obter uma
40 resposta delas quanto à legalidade, se deveriam imediatamente promover esse fórum pra ter
41 legalidade ou se poderiam postergar esse fórum. André diz que diante disso, qual era o
42 impedimento de o CMDCA estar funcionando, da manutenção do CMDCA neste momento.
43 Ambas procuradoras, em reunião, disseram que, foi pedido que fosse colocado via ofício, mas já
44 adiantando disseram que o fórum poderia ser postergado pra um outro momento em virtude que
45 tem uma regra: dois anos, e não puderam fazer em dois anos. André explica qual o princípio da
46 regra de dois anos: é por poder dar o direito a outras entidades civis interessadas entrarem nessa
47 disputa e participarem tendo representação dentro do CMDCA, o que não é a realidade do
48 município, pois não há nenhuma entidade brigando para entrar, pois muito pelo contrário, os
49 conselheiros têm uma grande luta para que as entidades se interessem, se credenciem e então
50 concorram a uma cadeira. André diz que não teria uma necessidade de inclusão de uma entidade

51 nova hoje porque não tem nenhuma entidade ali esperando a não ser as APPs que ainda estão em
52 fase de credenciamento. André justifica o porquê de fazer o fórum: Pois queriam também
53 estabelecer uma paridade, pois hoje o conselho tem as entidades governamentais em maior
54 número e devem então regulamentar essa paridade. André diz que foi orientado pelo jurídico de
55 manhã: que postergassemos o fórum e decidam a paridade, verificar quem efetivamente está
56 participando: ver as entidades civis que já estão registradas, independentemente de renovação,
57 verificar qual o número, por exemplo: cinco e recomendar a exclusão das demais
58 governamentais, e por fim a sugestão é excluir as não governamentais que não estão
59 participando. Eliezer questiona se, além dessa orientação do jurídico, tem alguma orientação de
60 algum órgão federal, como o CONANDA, ou no ECA, CEDCA para embasar essa possível
61 postergação do fórum e com relação ao funcionamento ou não do conselho, não realização em
62 dois anos. André diz que não tem nenhuma outra orientação, até porque estão em uma situação
63 que não é corriqueira, não tem previsão, e diz que comentou essa situação no grupo de whatsapp
64 dos CMDCA's do estado e da FECAM os quais participa, e até então não tem previsão legal,
65 André diz que a normatização: questão dos dois anos e renovação ficou a nível municipal, ou
66 seja, a normatização pelo município o que se tem é a lei municipal bem clara: é em dois anos a
67 renovação, e no regimento. André informa que teve conhecimento que outro município também
68 estava com o mesmo problema. Hamilton questiona quando se encerra o mandato das entidades
69 civis atuais. André informa que em novembro passado, o conselho iniciaria em 2020 renovado,
70 porém, informa que a direção foi mudada em dezembro de 2018, portanto seu mandato como
71 presidente vai até 2020. André diz que ninguém previu a pandemia, e reforça que o problema
72 seria se tivessem muitas entidades interessadas a entrar no CMDCA, pois poderiam entrar com
73 um mandado judicial, ou requerimento de abertura de edital para cadastramento. André diz que a
74 sugestão é que atrasem a realização do fórum para novembro de 2020, fundamentando que na
75 primeira reunião ordinária de fevereiro ele foi marcado para março, porém sua realização não foi
76 possível. André diz que a questão é que o CMDCA tem que operar, pois tem urgências para
77 resolver. José Eduardo diz que atualmente não tem como convocar o fórum e determinar uma
78 data e diz que esse meio de conversa não é o mais apropriado, o som é ruim, porém diz que
79 marcar uma data, seja para novembro ou dezembro, não é o ideal, pois ninguém sabe quando
80 essa situação terminará. José Eduardo afirma que devem verificar as urgências que tem hoje na
81 área da infância e adolescência, pois as crianças e adolescentes hoje estão fora das escolas, estão
82 sem merenda. E reforça que esse meio não é o mais apropriado para discutir, mas que devem
83 verificar o que tem de urgência enquanto conselho. Vitor se manifesta. André diz que não está
84 conseguindo entender o Vitor. Conselheiros se manifestam no mesmo sentido. André diz que vão
85 seguir sem uma data definida para o fórum, deixando suspensa a renovação das entidades através
86 do fórum, e relata que primeiramente devem fazer uma análise das entidades civis, para que
87 tenha a paridade que consta no ECA. André diz que encerrará essa live e iniciará outra devido ao
88 tempo máximo de quarenta minutos. André retoma e diz que antes de encerrar o link estavam
89 discutindo que o problema é a paridade e a manutenção, o José Eduardo sugeriu que deixasse o
90 fórum com prazo indefinido. André sugere a exclusão das entidades que não vem participado do
91 conselho e diz que a sugestão é verificar essas entidades civis e fazer essa paridade, André
92 informa que compartilhará o documento na tela, que é o e-mail que a Sabrina mandou com as
93 entidades atuais. Hamilton questiona se, embora não apareça nenhuma entidade interessada em
94 integrar o conselho, são obrigados a formalizar outra diretoria ou não. André diz que tem
95 obrigação de ser em dois anos. André diz que a questão que colocou é que não estão impedindo a
96 renovação. Hamilton diz que achou bastante pertinente a posição do José Eduardo, pois concorda
97 que o CMDCA tem outras prioridades a serem discutidas e sugere tocar o barco. André
98 questiona se conseguem ver a tela. Conselheiros confirmam. André explica que das
99 governamentais: a polícia civil já saiu, EPAGRI já saiu, diz que ficaram então com sete: Polícia
100 militar e o restante das secretarias municipais, das entidades civis: a exclusão da Pastoral da
101 Criança, Clube Esperança, SINTRESC, a sugestão inicial é ficar sete governamentais e sete não
102 governamentais. Levando em consideração que algumas entidades já se manifestaram que não

103 querem participar. Das não governamentais: SENAI, porém daria cinco, nesse primeiro
104 momento tem que manter duas, eliminar somente mais uma. André diz que ano passado a
105 Elizabeth, conselheira representante Pastoral da Criança, anunciou que não iria mais participar.
106 José Eduardo diz que foi desativada a Pastoral da Criança na paróquia do município e informa
107 que já faz um ano que a pastoral não existe, não tem organização própria, e justifica que estão
108 investindo mais na pastoral do idoso, por isso não haveria sentido em ela participar, por isso
109 nada mais justo do que descredenciá-la do conselho. André diz que a sugestão é retirar a Pastoral
110 agora pelas reiteradas faltas e pela manifestação da representante, pra permanecer sete e sete,
111 pois a EPAGRI também informou que não participará, André diz que a EPAGRI é entidade
112 estadual. André questiona se tem documento onde foi manifestado. Sabrina relembra que foi
113 comentado por ela em alguma reunião, portanto consta em ata. André diz que tem então
114 representação em ata informando a sua aposentadoria, e já não está vindo mais. André diz que
115 ficariam sete e sete para dar prosseguimento a paridade daqui em diante. André abre a palavra.
116 Sabrina diz que, levando em consideração que a lei foi atualizada, o SINTRESC e Clube
117 Esperança não estão registrados e não encontram atividades voltadas para criança e adolescente.
118 André diz que nesse momento não será dada importância a isso e passa a palavra a Eliezer.
119 Eliezer diz que com base no que foi falado nas reuniões presenciais: primeiro deveriam definir
120 quais seriam as entidades civis que estão totalmente regulares, registradas no conselho,
121 participando e também com o trabalho deles relacionados à criança e adolescente, pra daí a partir
122 desse número final que chegarem das entidades civis, como foi falado em outras oportunidades,
123 sobre o acordo verbal com o Executivo definir quais os representantes governamentais seriam,
124 indicando um número para o executivo pra ele mandar, e diz que pode verificar com o
125 comandante da Polícia Militar se ainda tem interesse em participar, até porque é uma entidade
126 que tem bastante faltas e pelo que sabe, até então só participavam por ser obrigatório, porque
127 estava em lei, para cumprir a lei. Eliezer reforça que primeiro tem que definir o número de
128 entidade civis pra depois solicitar os representantes para o Executivo. Dafna diz que tem
129 menção, referente à organização do conselho, as faltas caracterizam a não participação no
130 conselho, e nas faltas devem substituir as pessoas ou informar a entidade para se manifestar.
131 André diz que irá juntar os questionamentos do Eliezer e da Dafna, e diz que a questão da
132 EPAGRI e da Pastoral seria fácil de resolver pelas reiteradas faltas e daria para eliminar, pois o
133 regimento prevê isso. André concorda com a fala do Eliezer e informa que o comandante já se
134 manifestou que teria dificuldade de estar cumprindo essa agenda e a PM pode querer sair, não
135 seria difícil de tirar. André diz que no momento precisamos é equiparar os integrantes
136 governamentais e não governamentais. André diz que, como pontuado pela Sabrina, o
137 SINTRESC não tem envolvimento com criança, e diz que sabem disso, porém por enquanto os
138 representantes do SINTRESC vêm participando das reuniões, e diz que precisam é equiparar pra
139 dar seguimento até o momento de fazer esse ajuste por completo, porque até hoje, mesmo não
140 fazendo o registro, vieram com o SINTRESC no conselho, agora se o SINTRESC se manifestar,
141 e a polícia militar se manifestar que não vai querer mais participar ficará paritário. André diz
142 que pode fazer esse contato através de força tarefa, pode conversar com o Eliezer, encaminhar
143 um ofício, ou o Eliezer conversar com o comandante diretamente, oficiam e retiram a polícia
144 militar, EPAGRI, SINRTESC e Pastoral da Criança e ficam com o conselho reduzido, enxuto.
145 André repete que isso é para poderem retomar as atividades e fazer uma nova composição
146 através de um fórum. André diz que o conselho tem questões vitais a resolver e diz que a
147 intenção é que na quinta-feira já se reunissem novamente em extraordinária pra definir essas
148 questões vitais, e informa que já agendou com o assessor de rede: Guilherme, pra ele estar
149 presente nessa reunião. Sabrina diz que é outra questão que deve ser falada com os conselheiros:
150 pra ser definido se todos concordam que ele pode fazer online os encontros que seriam
151 presenciais. André diz que teriam uma segunda pauta dentro da manutenção do CMDCA: se as
152 reuniões seriam todas virtuais e se o Guilherme participaria porque houve um entrave da
153 administração, com toda a razão, alegando que o contrato do Guilherme era com duas visitas da
154 assessoria presenciais/físicas no município, então dessa reunião também deve sair uma

155 deliberação requerendo a alteração do contrato para que esses encontros presenciais também
156 sejam feitos de forma virtual. Eliezer diz que, já que foi tocado no assunto das reuniões
157 presenciais ou não presenciais, relata que não vê problema nenhum em fazer reuniões
158 presenciais, seja numa sala ampla como o auditório do CEACA, onde dá para manter os
159 conselheiros na distância de dois metros afastados, utilizando máscara e disponibilizando álcool
160 em gel, e diz que daria para fazer tranquilo presencial, já que o número de conselheiros está
161 reduzido e já chamaria o Guilherme para as reuniões também. Eliezer diz que tudo está
162 funcionando assim: mantendo a distância, máscara e álcool em gel. Dafna diz que o parque
163 também, tem o salão para duas mil pessoas, bem espaçoso e bem amplo também está à
164 disposição. Vitor diz que há um decreto do governo do Estado que proíbe reuniões com dez ou
165 mais pessoas. Dafna diz que o Decreto proíbe aglomeração. Vitor diz que devem verificar o
166 Decreto pra verificar se podem se reunir realmente enquanto permanecer. Dafna diz que a
167 maioria das organizações vem utilizando essas ferramentas de plataformas on-line, e está sendo
168 cada vez mais frequente o uso, e vai exigir uma adaptação de todos a aprender a utilizar a
169 ferramenta, pois não sabem quando isso vai acabar e quando o decreto irá acabar, e o que resta é
170 se adaptar, a exemplo está o Hamilton que é a adaptação em pessoa, e diz que cabe as pessoas
171 aprenderem a utilizar essa ferramenta, assinar o que precisa assinar, mas o que tiver que ser por
172 videoconferência a gente consegue aprender a usar essa ferramenta. André diz que irá fazer um
173 fechamento disso: e diz que concorda com Eliezer: de ser presencialmente da forma como ele
174 expôs, e relata que até foi conversado com o Guilherme, que concordou em fazer em meio
175 aberto, porém o entrave é a questão da determinação legal, municipal e estadual, que está
176 impedindo de fazer isso. André diz que todos deveriam concordar e ainda ter a chancela do
177 estado ou do município, e que o município proibiu a aglomeração, as reuniões. Eliezer diz que
178 devem verificar esta questão e prestar a atenção, pois a cada dia que passa estão atualizando os
179 decretos e havendo novas liberações, e diz que as igrejas estão liberadas, pontuando que mais
180 aglomeração do que numa reunião evangélica numa igreja não consegue imaginar, e diz que a
181 reunião não vai chegar nem perto disso, desde que sejam mantidas as regras de segurança: o
182 distanciamento, uso de máscara e álcool em gel na entrada, não teria problema nenhum. Eliezer
183 diz que concorda com a Dafna que podem fazer uso das mídias, mas afirma que como a reunião
184 presencial não tem igual, é melhor e evitaria complicação do contrato do Guilherme, que terá que
185 ser revisto, alterado, mas não tem dificuldade nenhuma com a ferramenta. Vitor concorda que
186 devem verificar o fundamento legal. Dafna diz que tudo que for demorar mais tem que repensar,
187 diz que concorda com o Eliezer: se pode igreja, o shopping está aberto, porque que dez a quinze
188 pessoas não podem se reunir em um espaço grande para fazer uma reunião, mas tem um decreto,
189 uma lei, e tem que pedir permissão, autorização, o que fica moroso para o conselho, e sugere
190 correr em paralelo, mas o que não der pra esperar a demanda não deixar de fazer e se reunir, pois
191 o município está com muitas demandas pra criança e adolescente de todos os níveis: desde
192 alimentação, educação, aulas, enfim: é elencar o que é prioritário agora. Eliezer diz que segue a
193 orientação do André de fazer quinta, mas já verificando por fora se a última atualização do
194 decreto permite ou não esse tipo de reunião. Vitor diz que a atividade religiosa foi incluída como
195 atividade essencial, shopping e comércio varejista também foi, e até o momento foram liberados
196 somente serviços essenciais, os demais continuam impedidos. André diz que o CMDCA é
197 essencial. Vitor diz que se há esse entendimento não tem porque não fazer. André diz que
198 buscará fundamentar, buscar o que tem de atualização, jogará no grupo até amanhã final do dia,
199 mas já deixará marcada a reunião extraordinária na quinta, e diz que hoje tem a presença de sete
200 pessoas, se regular a paridade para sete e sete, dá quatorze, mais uma pessoa presente já teriam
201 quórum pra decidir sobre o FIA, só para entender a questão do quórum. Vitor diz que estão com
202 oito presentes. André observa que a Secretária não vota. André confirma que então será feita a
203 Resolução do que foi deliberado e solicita a confirmação se deixam sete e sete. Luciane diz que o
204 decreto municipal expedido pelo prefeito não fala nada da questão de reunião, ele fala na questão
205 burocrática dos funcionários: quem tem férias vencidas, ou quem tem licença pra adiantar isso,
206 pra ficar um número de funcionários menor em cada setor, com relação a essa questão de

207 reuniões ele não fala nada, mas ao final está mencionado que é em consonância com o decreto
208 estadual, então é o decreto que está valendo com relação às reuniões e aglomerações de grupo.
209 Vitor confirma que é o decreto do estado. André diz que irá verificar e disponibilizará no grupo:
210 se é possível essa discussão de fazer presencial ou por vídeo. André diz que fica marcada reunião
211 para quinta, com horário a ser colocado no grupo. André diz que devem fechar a discussão sobre
212 a manutenção do conselho e da atual direção por período indeterminado e informa que irá ajustar
213 a Resolução a ser feita, mas será nesse sentido de suspender por tempo indeterminado o fórum
214 das entidades civis e manutenção das entidades de forma a retirar as faltantes, ficando sete civis e
215 sete governamentais. Questiona se todos concordam. Hamilton questiona se terá votação se a
216 reunião será presencial ou online. André diz que não haverá votação nesse sentido, e que a
217 reunião vai ser quinta ou por vídeo ou presencial, que irá verificar se pode ser no parque, ou
218 outro local de meio aberto, e informa que irá verificar até amanhã, final de terça-feira, pois
219 pesquisará a possibilidade legal e colocará no grupo de Whatsapp. André diz que a deliberação é
220 pela manutenção, continuidade do conselho, de forma a retirar aquelas entidades que não vem
221 mais atuando no conselho, colocando a princípio sete entidades para cada lado: deixando sete
222 civis e sete entidades governamentais . Ficaria então fora, a princípio: Polícia civil e SENAI, que
223 já estavam fora, e por isso o conselho já vinha mantendo a paridade. Hoje excluiríamos a
224 Pastoral e a EPAGRI por não estarem participando. E essa questão do SINTRESC e do Clube
225 Esperança, André relata que a sugestão é que o Clube Esperança permaneceria e o SINTRESC
226 sairia se sair a Polícia Militar, mas informa que não vai dar tempo de até quinta-feira fazermos
227 essa situação. André diz que se der tempo o que podem fazer é na quinta-feira na abertura da
228 reunião já votar e estabelecer essa paridade. A resolução vai ser pra que suspenda por tempo
229 indeterminado o fórum de escolha das novas entidades civis e conseqüentemente a permanência
230 das entidades de forma paritária até que se possa se reestabelecer uma ordem frente à pandemia.
231 André reforça que melhorará a redação, mas que o sentido é esse. André questiona se alguém
232 tem alguma insurgência quanto à resolução. Conselheiros concordam com a confecção da
233 resolução por unanimidade. André diz que estando todos de acordo será feita resolução nas
234 condições estabelecidas. André diz que encaminhará a pauta, que será bem extensa, no grupo de
235 whatsapp, sinalizando as urgências, para os conselheiros resolverem juntos o que vão decidir
236 colocar em pauta, pois caso não consigam se reunir presencialmente, os conselheiros devem ter,
237 pelo menos, as urgências resolvidas na quinta-feira. Dafna questiona se a reunião será o dia todo
238 e sugere que a reunião seja realizada na quinta à tarde a partir das 13h30min. André, com relação
239 à assessoria do Guilherme, relata que o que podem fazer é que através de resolução fique
240 estabelecido que a assessoria física, nesse tempo de pandemia, seja realizada de forma virtual, se
241 o conselho concordar estabelecem esse entendimento do conselho, e informa que o Guilherme
242 já concordou. Conselheiros concordam por unanimidade. Eliezer questiona se não teria uma
243 pauta da AJL. Dafna diz que essa pauta, bem como a questão levantada pelo CEACA, não serão
244 discutidas aqui, ficou para quinta, pois foi pedido para focar o que irão priorizar, e informa que
245 depois estará entregando ofício. André adianta que sobre a pauta do CEACA já conversou com o
246 jurídico hoje pela manhã e informa que consultou o TCE sobre o dinheiro que foi travado, já está
247 na mão do jurídico para que remetam um parecer ao CMDCA, pois, ao seu ver, está claro que
248 pode ser liberado o recurso e informa que estão fazendo um ofício para encaminhar isso por via
249 formal. E informa que dependendo do ofício que Dafna encaminhar, podem também oficializar
250 se for questão de solicitar consulta. E nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião às
251 14h40min. E, para constar eu: Sabrina Medeiros da Silva, na condição de assistente
252 administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos
253 membros presentes.